

Atualidades para redação

Negacionismo

Professora Celina Gil

Sumário

<i>Apresentação</i>	3
<i>São Camilo - 2019</i>	3
<i>UFPR - 2019</i>	5
<i>UNICAMP - 2018</i>	7
<i>USCS - 2016</i>	9
<i>INÉDITA</i>	11
<i>Considerações finais</i>	12



Apresentação

Olá!

Como parte de nosso curso de Redação, selecionamos uma série de propostas sobre temas relevantes para ajudar você a praticar!

Todas as propostas aqui foram comentadas nas nossas videoaulas. Por vezes, você verá algumas propostas inéditas também!

Não se esqueça que o aluno Estratégia Vestibulares tem direito a **correções infinitas de redação!** Então aproveite bem essa reta final e mande muito trabalho para nossa equipe!

Vamos lá?

São Camilo - 2019

Texto 1

A vacinação de crianças é uma obrigação dos pais e, caso não seja cumprida, a família pode ser obrigada a participar de programas sociais, levar multas e até mesmo ter a guarda do filho suspensa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu parágrafo único do artigo 14, determina a obrigatoriedade da vacinação de crianças nos casos recomendados por autoridades. Além disso, Ricardo Cabezon, presidente da comissão de direitos infanto-juvenis da OAB-SP, afirma que o ato de não vacinar os filhos pode ser juridicamente enquadrado como um crime contra a saúde pública, considerando que a criança se torna um vetor de risco.

Mas a previsão legal não é necessariamente refletida no cotidiano por falta de fiscalização. “Nunca soubemos de multa”, diz Isabella Ballalai, presidente da Sociedade Brasileira de Imunização (SBIIm). De acordo com Ballalai, já houve casos em que, a partir de denúncias, os pais foram obrigados por sentença judicial a vacinar os filhos. Mas, antes de apelar para esferas legais, a especialista defende que o pediatra busque convencer a família da importância da vacinação.

Segundo Mario Aurélio Safadi, presidente do departamento de imunizações da Sociedade de Pediatria de São Paulo, “medidas autoritárias ou truculentas não são a solução para o problema, que deveria ser combatido com informação”.

(Phillippe Watanabe. “Pais que não vacinam os filhos podem ser multados, mas pena não é aplicada”. www.folha1.uol.com.br, 19.07.2018. Adaptado.)

Texto 2

Embora o Brasil tenha um dos mais reconhecidos programas públicos de vacinação do mundo, com os principais imunizantes disponíveis a todos gratuitamente, vêm ganhando força no país grupos que se recusam a vacinar os filhos ou a si próprios. Esses movimentos estão sendo

apontados como um dos principais fatores responsáveis por um recente surto de sarampo na Europa, onde mais de 7 mil pessoas já foram contaminadas. No Brasil, a disseminação de informações contra as vacinas ocorre principalmente em grupos de pais nas redes sociais. O jornal O Estado de S.Paulo encontrou no Facebook cinco deles, reunindo mais de 13,2 mil pessoas. Nesses espaços, os pais compartilham notícias publicadas em blogs, a maioria de outros países e em inglês, sobre as supostas reações às vacinas — por exemplo, relacionando-as ao autismo.

Os pais também trocam informações para não serem denunciados, como não informar aos pediatras sobre a decisão de não vacinar os filhos, além de estratégias que acreditam garantir a imunização das crianças de forma alternativa, com óleos, homeopatia e alimentos.

(Fabiana Cambricoli e Isabela Palhares. “Grupos contrários à vacinação avançam no país e preocupam Ministério da Saúde”. <https://saude.estadao.com.br>, 21.05.2017. Adaptado.)

Texto 3

Além das normas legais, os manuais, protocolos e diretrizes técnicas que orientam a prática profissional dos médicos e profissionais de saúde atribuem ao ato de “não vacinar” as crianças o juízo de valor de negligência parental ou “omissão do cuidar”.

Contudo, os participantes de um estudo realizado com pais de camadas médias de São Paulo expressaram diferentes significações sobre as normas brasileiras de vacinação.

Os casais que vacinaram os filhos revelaram que essa decisão era um ato de dever e de responsabilidade parental. Nesses, a tomada de decisão foi quase automatizada, influenciada pela reprodução de uma tradição familiar e pela credibilidade da conduta pediátrica, com consequente confirmação da vacinação infantil como uma prática social valorada e legitimada.

Nos relatos dos casais que não vacinaram, observou-se uma ideia baseada em referenciais que valorizam e buscam o parto humanizado, a vida mais saudável, a menor intervenção médico-hospitalar em processos de saúde (em contraponto aos de doença). As justificativas relatadas por esses casais foram: o argumento de que a doença está eliminada ou é leve; o medo dos eventos adversos; a crítica à composição das vacinas, à sua eficácia, ao calendário de vacinação preconizado no Brasil e ao interesse financeiro e lucro das indústrias farmacêuticas; e, ainda, a escolha de outras formas de proteção à saúde (com estilo de vida mais natural). Sobressai nas narrativas desses casais que a normatização legal da vacinação de forma universal assume pouco sentido aos seus modos de vida e admitem um posicionamento no âmbito privado familiar na contramão do valor cultural dominante associado à vacinação no país.

(Carolina L. A. Barbieri et al. “A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil”. Cadernos de Saúde Pública, vol. 33, no 2, 2017. Adaptado.)

A OBRIGATORIEDADE DA VACINAÇÃO INFANTIL PELOS PAIS: ENTRE A LEI E O PODER DE DECISÃO FAMILIAR



Leia o texto abaixo.

A web já faz parte do cotidiano de pesquisadores, editoras e instituições científicas. Publicamos e lemos periódicos on-line, e utilizamos plataformas da web social (Twitter, Facebook, blogues, YouTube etc.) para divulgar nossos trabalhos, fazer contatos, encontrar novos colaboradores... Nossas produções e resultados de pesquisa também circulam no ambiente on-line, recebendo curtidas e comentários, sinalizando um interesse que, até pouco tempo atrás, era muito mais difícil de acompanhar. O padrão ouro da avaliação dos artigos científicos até a década passada era a citação. Diante da possibilidade de se ver e monitorar todo esse diálogo da ciência em ação na internet, não seria interessante considerar essa uma nova forma de medir os impactos da ciência?

Quando olhamos para as citações que um artigo recebeu, estamos considerando um grupo relativamente limitado de pessoas que o usaram: aquele grupo que se interessou, leu e utilizou aquele texto para construir e publicar o seu próprio trabalho. Esse grupo com certeza é muito importante – afinal, é assim que se faz ciência, com pesquisadores usando trabalhos de outros pesquisadores para construir conhecimento novo. Mas a citação não é o único uso que um artigo científico pode ter. Estudantes leem artigos como parte da sua formação profissional. Profissionais leem artigos para ficar em dia com novas tendências da área e para resolver questões específicas, como definir um diagnóstico médico. Pacientes, gestores, ativistas, amadores, wikipedistas, curiosos, muita gente pode se interessar pela literatura científica, pelos mais diversos motivos.

Hoje, nas redes sociais, encontramos traços desses interesses por artigos científicos e pela ciência. O biólogo compartilha seu artigo novo no Facebook. A astrônoma explica sua pesquisa em um vídeo no YouTube. A cientista social escreve uma sequência no Twitter mostrando com o que a pesquisa acadêmica pode contribuir para a sociedade... São atos que não necessariamente geram citações, mas demonstram que a utilidade da ciência não se resume ao que é publicado formalmente em periódicos consagrados.

As métricas dessa disseminação de trabalhos científicos nas redes sociais, que chamamos altmetrias (do inglês altmetrics, encurtamento da expressão alternative metrics – métricas alternativas, em português), vão aos poucos se incorporando ao nosso cotidiano. Em alguns periódicos e repositórios, encontramos, junto aos dados de download, informações sobre quantas vezes o arquivo foi compartilhado. Para alguns, as altmetrias podem ser indicadores do impacto social da ciência, algo importante para a sociedade que quer e deve acompanhar o que se faz com os recursos públicos investidos em ciência.

Mas quais seriam essas métricas? Podemos lançar o olhar para a disseminação dos conteúdos em tuítes e posts de divulgação, ver a interação dos usuários a partir desses posts (as tais curtidas e reações do Facebook e corações do Twitter), os downloads dos artigos e sua incorporação em gestores de referência como o Mendeley e a geração de conteúdo a partir do uso dos artigos em documentos como blogues, sites e Wikipedia. Podemos avaliar quantitativamente as diferentes reações (no caso do Facebook), redes de relações e compartilhamentos dos usuários, ler os comentários e respostas, enfim, ver todo esse processo que vai da divulgação científica ao diálogo entre pares, em um olhar sobre a ciência e sua disseminação e comunicação.



Outro ponto importante é reconhecer os diferentes níveis de engajamento representados por cada ato nas redes sociais. Um clique no botão 'curtir', por exemplo, é um tipo de engajamento superficial, que pode ser uma demonstração de interesse mas demanda pouco esforço do usuário. Se queremos transformar os tais polegares e corações em indicadores, eles precisam estar refletindo mais do que mera repercussão viral e ir mais fundo.

(Fábio Castro Gouveia (Fundação Oswaldo Cruz) e Iara Vidal Pereira de Souza (UFRJ). Revista Ciência Hoje, edição 348, outubro de 2018. Disponível em: <<http://cienciahoje.org.br/artigo/a-ciencia-compartilhada-na-rede>>. Adaptado.)

Com base nessa leitura, escreva um texto argumentativo sobre **a relação entre ciência e redes sociais, procurando dar uma resposta à questão que se levanta no primeiro parágrafo: não seria interessante considerar a altmetria uma nova forma de medir os impactos da ciência?**



UNICAMP - 2018

Você é um estudante do Ensino Médio e foi convidado pelo Grêmio Estudantil para fazer uma palestra aos colegas sobre um fenômeno recente: o da pós-verdade. Leia os textos abaixo e, a partir deles, escreva um texto base para a sua palestra, que será lido em voz alta na íntegra. Seu texto deve conter: a) uma explicação sobre o que é pós-verdade e sua relação com as redes sociais; b) alguns exemplos de notícias falsas que circularam nas redes sociais e se tornaram pós-verdade; e c) consequências sociais que a disseminação de pós-verdades pode trazer. Você poderá usar também informações de outras fontes para compor o seu texto.

TEXTO A



(Disponível em <https://horizontesafins.wordpress.com/2017/02/02/a-verdade-da-pos-verdade/>. Acessado em 03/09/2017.)

TEXTO B

O que é “pós-verdade”, a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford

Anualmente, a Oxford Dictionaries, parte do departamento de imprensa da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários, elege uma palavra para a língua inglesa. A de 2016 foi “pós-verdade” (post-truth).

A palavra é usada por quem avalia que a verdade está perdendo importância no debate político. Por exemplo: o boato amplamente divulgado de que o Papa Francisco apoiava a candidatura de Donald Trump não vale menos do que as fontes confiáveis que negaram esta história. Segundo Oxford Dictionaries, a palavra vem sendo empregada em análises sobre dois importantes acontecimentos políticos: a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e o referendo que decidiu pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia, designada como Brexit. Ambas as campanhas fizeram uso indiscriminado de mentiras, como a de que a permanência na União Europeia custava à Grã-Bretanha US\$ 470 milhões por semana, no caso do Brexit, ou a de que Barack Obama é fundador do Estado Islâmico, no caso da eleição de Trump.



Em um artigo publicado em setembro de 2016, a influente revista britânica *The Economist* destaca que políticos sempre mentiram, mas Donald Trump atingiu um outro patamar. A leitura de muitos acadêmicos e da mídia tradicional é que as mentiras fizeram parte de uma bem-sucedida estratégia de apelar a preconceitos e radicalizar posicionamentos do eleitorado. Apesar de claramente infundadas, denunciar essas informações como falsas não bastou para mudar o voto majoritário.

Para diversos veículos de imprensa, a proliferação de boatos no Facebook e a forma como o feed de notícias funciona foram decisivos para que informações falsas tivessem alcance e legitimidade. Este e outros motivos têm sido apontados para explicar a ascensão da pós-verdade.

Plataformas como Facebook, Twitter e Whatsapp favorecem a replicação de boatos e mentiras. Grande parte dos factoides são compartilhados por conhecidos nos quais os usuários têm confiança, o que aumenta a aparência de legitimidade das histórias. Os algoritmos utilizados pelo Facebook fazem com que usuários tendam a receber informações que corroboram seu ponto de vista, formando bolhas que isolam as narrativas às quais aderem de questionamentos à esquerda ou à direita.

(Adaptado de André Cabette Fábio. O que é 'pós-verdade', a palavra do ano segundo a Universidade de Oxford. *Nexo*, 16/11/2016. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/16/O-que-é-'pós-verdade'-a-palavra-do-ano-segundo-a-Universidade-de-Oxford>. Acessado em 01/12/2017).



USCS - 2016

Texto 1

Em 1924, enquanto esteve preso, Adolf Hitler começou a escrever uma mistura de autobiografia com panfleto político no qual defendia as ideias extremas e absurdas, calcadas no racismo e no nacionalismo, que mais tarde seriam colocadas em prática enquanto esteve comandando a Alemanha. O livro Minha luta (Mein Kampf, no original), com cerca de 255 páginas, foi lançado em 1925, vendeu mais de 10 milhões de exemplares na época e se tornou uma das principais plataformas para a difusão das ideias nazistas.

Após o suicídio do ditador, em 1945, em Berlim, os direitos da publicação ficaram com o governo da Baviera, que vetou qualquer nova edição do calhamaço. No entanto, desde o dia 1º de janeiro de 2016, ano seguinte a se completar sete décadas da morte de Hitler, Minha luta se tornou um título de domínio público. Ou seja, pode ser republicado por qualquer pessoa no mundo, e ao menos três editoras brasileiras pretendem colocar a “bíblia” do nazismo nas livrarias brasileiras – ou em parte delas – nos próximos meses. Entretanto, essa decisão vem causando controvérsias.

(Rodrigo Casarin. “Livro escrito por Hitler volta às livrarias brasileiras em meio a polêmicas”. <http://entretenimento.uol.com.br>, 12.01.2016. Adaptado.)

Texto 2

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) proibiu a comercialização, exposição e divulgação do livro Minha luta, de Adolf Hitler, em todo o Estado, conforme decisão do juiz Alberto Salomão Junior. A justificativa do juiz foi que o livro incita práticas de intolerância contra grupos sociais, étnicos e religiosos. Quem descumprir a decisão terá que pagar multa de 10 mil reais. O despacho, no entanto, deveria ser revisto, porque proíbe o acesso a um documento histórico e cultural – algo que uma sociedade democrática jamais deveria fazer.

Segundo o advogado Cláudio Lins de Vasconcelos, diretor-relator da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), a censura ao livro Minha luta não é apenas questionável, mas ineficiente. “A proibição da venda da obra não é a melhor forma de combater suas ideias. O TJ-RJ está lutando contra o autoritarismo (de Hitler) com mais autoritarismo. Essa ação simplesmente vai fazer com que a curiosidade sobre o livro aumente”.

Pela lógica da decisão do TJ-RJ, o combate à intolerância é um valor que se sobrepõe ao da livre circulação das ideias. É a mesma lógica adotada, por exemplo, pela Inglaterra, onde a Lei de Relações Raciais proíbe os discursos de ódio racial, não apenas quando eles possam incitar à violência, mas sob a alegação de que representantes de minorias devem ser protegidos de insultos raciais.

Uma compreensão diferente do tema vem dos Estados Unidos, que concedem à liberdade de expressão uma amplitude quase que absoluta, que engloba até mesmo discursos de ódio e preconceito. Segundo o constitucionalista americano Ronald Dworkin, permitir que as ideias circulem sem entraves é um elemento fundamental da democracia “porque o Estado deve tratar todos os cidadãos adultos como agentes morais responsáveis, sendo esse um traço essencial ou constitutivo de uma sociedade política justa”.



(“Por que a venda de Minha luta, de Hitler, não deve ser proibida”. <http://veja.abril.com.br>, 03.02.2016. Adaptado.)

Texto 3

O possível retorno do livro *Minha luta*, de Adolf Hitler, às prateleiras de livrarias e bibliotecas envolve a tensão entre dois princípios basilares da Civilização Ocidental: a liberdade e a dignidade. O que deve prevalecer: a liberdade de circulação de um livro, por mais maldito que seja? Ou a dignidade das vítimas das atrocidades patrocinadas pela ideologia contida na obra? Tensão essa que nenhum Estado moderno conseguiu conciliar satisfatoriamente. Deve haver controle sobre o que se fala ou publica? Controlar um discurso de ódio não abre precedente para a censura total do Estado?

Para Kendall Thomas, professor de filosofia legal pela Universidade Columbia, a dignidade deve prevalecer. “Permitir todo e qualquer tipo de discurso de ódio sob o argumento de defender a liberdade ignora o princípio da igualdade entre cidadãos. É preciso entender que a regulação a demonstrações de ódio não vai de encontro aos princípios democráticos”, reflete. Thomas alerta que não se pode conciliar liberdade total e igualdade total. O desafio do Estado é justamente encontrar o equilíbrio. Afinal, valores fundamentais são protegidos por meio do combate ao discurso de ódio. “O principal deles é o da dignidade individual e pública. Uma pessoa deve ter o direito de usufruir o espaço público sem ser cercada por textos ou manifestações que firam sua honra”, afirma Thomas.

(Gustavo Ribeiro. “A Alemanha prepara nova edição de *Minha luta*, livro banido de Hitler”. <http://epoca.globo.com>, 15.05.2015. Adaptado.)

A censura ao livro *Minha luta* combate o **discurso de ódio** ou fere a **liberdade de expressão**?



INÉDITA

As teorias conhecidas como negacionistas vêm ganhando adeptos em diversos lugares do mundo. Termos como “revisão histórico” e “negação à ciência” têm sido cada vez mais comuns nos textos jornalísticos e em conversas cotidianas, mostrando que, para muitos, a pesquisa acadêmica e científica já não é mais considerada de confiança. Esses novos ideais podem aparecer de diversas maneiras: o movimento antivacina, que já é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos dez maiores riscos à saúde global, e a teoria do terraplanismo, que coloca em xeque conhecimentos comprovados há séculos sobre o universo, são apenas algumas das faces da disseminação de desinformação, frequentemente impulsionada pela comunicação digital.

A partir da leitura dos excertos apresentados a seguir, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa. Os textos poderão servir como subsídios para a sua argumentação, mas não devem ser integralmente copiados.

Texto 1

De tempos em tempos, diversas pesquisas de opinião são realizadas pelo mundo para medir o quanto as pessoas acreditam no sucesso das missões Apollo. O nível de descrença varia de 6% a 57% - este último impressionante número é de levantamento divulgado ano passado pelo VTsIOM, o instituto nacional de pesquisas de opinião da Rússia, e deve refletir sobretudo os esforços de contrapropaganda da Guerra Fria, quando a então União Soviética era rival dos Estados Unidos na chamada corrida espacial.

Levantamento semelhante realizado pelo instituto Gallup nos Estados Unidos apontou que 6% dos americanos não acreditam que o homem tenha pisado na Lua. Mas outras sondagens chegam a apontar que esse número pode ser bem maior: na casa dos 20%.

De acordo com pesquisa recente realizada pela empresa YouGov, um em cada seis britânicos acredita que a conquista da Lua foi encenada. E, entre os jovens de até 35 anos, "informados" intensamente por canais de YouTube e fóruns de internet, esse número é ainda maior: 21%.

Fonte: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/07/11/o-que-pensam-os-que-nao-acreditam-que-o-homem-chegou-12-vezes-a-lua.ghtml>> Acesso em: ago.2019

Texto 2

Como Chris French explicou à BBC News, as teorias conspiratórias “são transversais em termos de classe social, gênero e idade”, e pressupõem a falácia de que os dois lados de uma disputa científica, social ou política devem ter a mesma veracidade. Se somarmos a isso que uma teoria conspiratória tem, como norma, a capacidade narrativa de criar padrões regulares, podemos compreender que sejam objeto de sedução. Nosso presente parece ter acelerado o poder das conspirações: são cada vez mais frequentes as ideias tóxicas sobre elites que controlam o mundo ou planos delirantes para a introdução de migrantes de origem muçulmana com ajudas governamentais.

Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/21/opinion/1553190541_750395.html> Acesso em: ago.2019

Texto 3

Atire os primeiros bloquinho e caneta quem nunca ouviu a frase “jornalista tem que ouvir os dois lados”. Acontece que, em ciência, as coisas podem ser um pouco mais complicadas. Ora, não há razão para entrevistar um indivíduo que acredita que a Terra é plana em toda matéria sobre o nosso planeta redondo, muito menos dar voz a alguém que não acredita em vacinas nas reportagens sobre os imunizantes. Nosso guia precisa ser a evidência científica e o que ela nos assegura (ou não) sobre determinado assunto.

Numa palestra inspiradora, a cientista Naomi Oreskes, coautora do livro *Merchants of doubt* (Mercadores da dúvida, em tradução livre), mostra como a própria indústria se aproveitou desse princípio jornalístico de isonomia para semear um ponto de interrogação na cabeça das pessoas. Isso ocorreu (e ocorre), por exemplo, em questões ligadas ao cigarro ou ao aquecimento global. Nas palavras da própria Naomi, precisamos rejeitar esse conceito de equidade cega e indiscriminada quando fazemos jornalismo de ciência. “Se continuarmos apostando nesse senso errôneo de justiça, cairemos numa falsa equivalência em que misturamos informações factuais com mentiras e desinformação”, afirma.

Fonte: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo-cientifico/dez-inquietacoes-ideias-e-tendencias-que-pintaram-na-maior-conferencia-de-jornalismo-cientifico-do-mundo/>> Acesso em ago.2019.

Considerações finais

Não deixe de produzir as redações e enviá-las para correção. É **muito** importante que você não acumule redações para a última hora, pois não teremos tempo para corrigir.

Na próxima aula, vamos nos aprofundar no estudo da introdução, pensando principalmente em contextualizações.

Qualquer dúvida estou à disposição no fórum ou nas redes sociais.

Prof.ª Celina Gil



/professora.celina.gil



Professora Celina Gil



@professoracelinagil

Versão	Data	Modificações
1	24/03/2019	Primeira versão do texto.

